



Bracher: hoje em Nova York.

Dívida: Brasil cede a pressões, para obter dinheiro novo.

O governo brasileiro está disposto a aceitar algumas das condições exigidas pelos seus credores para obter novos financiamentos, a juros e prazos mais favoráveis, que permitam sustentar a atual política de crescimento. A partir de hoje, quando a equipe chefiada pelo presidente do Banco Central, Fernando Bracher, inicia em Nova York as conversações nesse sentido, começa para valer a negociação da dívida externa, que inclui, além do refinanciamento dos débitos já assumidos, o indispensável fornecimento do chamado "new money".

As negociações vão se desenvolver em duas frentes. Primeiro, Bracher e seus assessores conversam com os principais bancos credores americanos em Nova York e com dirigentes do FMI e do Banco Mundial em Washington. A partir do próximo dia 19, dois dos principais negociadores brasileiros — o diretor da Área Externa do BC, Antonio de Pádua Seixas, e o chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Fazenda, Álvaro de Aencar — negociam com o Clube de Paris.

Essas conversas envolvem números altos. O Clube de Paris já aceitou a rolagem da dívida vencida em 85 e 86, no valor de US\$ 3,01 bilhões, mas o Brasil vai tentar também o reescalonamento da parcela a vencer este ano, que é de US\$ 859 milhões, além dos juros que deixaram de ser pagos em 85 (mais US\$ 700 milhões) — o que dá um total de US\$ 4,5 bilhões. As negociações com o Clube de Paris são consideradas decisivas para o bom andamento das conversas com os bancos privados, que — pelos cálculos do governo — devem estar concluídas por volta do dia 15 de abril.

Nesses contatos, o Brasil tem uma reivindicação fundamental: que as instituições oficiais desbloqueiem seus créditos ao País e retomem os financiamentos em volume substancialmente superior ao que o Brasil deverá gastar com o serviço da dívida. Tanto o Eximbank dos EUA como o do Japão já deram sinais de que aceitam esse compromisso, se o País conseguir negociar corretamente a dívida atual. No caso dos japoneses, há

até a promessa de fornecer US\$ 700 milhões em favor da Eletrobrás.

Mas a negociação mais importante será mesmo com os bancos privados, pois trata-se do refinanciamento plurianual de toda a dívida existente, até 1991. Basicamente, a estratégia brasileira é reduzir bastante as transferências líquidas de recursos para o exterior, através da retomada do fluxo compensatório de dinheiro Externo nas mais diversas modalidades. O governo brasileiro quer receber no mínimo US\$ 5 bilhões de seus credores, quantia considerada suficiente para o volume de investimentos previstos para este ano.

Para reduzir as transferências líquidas, os negociadores brasileiros tentarão baixar os **spreads** (taxas de risco) dos atuais 1,125% para algo igual ou inferior aos 0,81% concedidos no ano passado ao México. O referencial para as taxas de juros a serem aplicadas será mesmo a **libor**, mais baixa que a **prime rate** americana, com o que os credores parecem já ter concordado.

Há dois pontos, porém, em que os bancos internacionais mantêm-se intransigentes, e que por isso mesmo o governo brasileiro já desistiu de tentar: a capitalização dos juros, ainda que parcial, que equivaleria a incorporar ao principal da dívida os juros já vencidos; e a substituição do foro de negociações, que atualmente é Nova York, o que já foi colocado fora de cogitação pelos credores.

Como contrapartida para aceitar essas duas imposições dos bancos, o Brasil vai exigir dinheiro novo, seja através dos chamados empréstimos sindicalizados, seja em operações de co-financiamento com garantia do Banco Mundial. Seria a única forma de preservar os planos de investimento em infra-estrutura, como energia, siderurgia e produção de petróleo.

Se no caso do Clube de Paris as negociações parecem tranquilas, com os bancos privados há o problema, sério, do prazo de rolagem do principal da dívida atual. O Brasil quer um prazo longo, de no mínimo sete anos, como começou a ser negociado ainda no governo Figueiredo, enquanto os bancos não admitem passar dos três anos.